

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Phablo Roberto Marchis Fachin - Mariane Soares Torres

A CAPITANIA DE MATO GROSSO E A  
FRONTEIRA OESTE DO BRASIL:  
ESTUDO DE UM MANUSCRITO  
SETECENTISTA

FACHIN, Phablo Roberto Marchis

TORRES, Mariane Soares

A CAPITANIA DE MATO GROSSO E A FRONTEIRA OESTE  
DO BRASIL: ESTUDO DE UM MANUSCRITO SETECENTISTA

R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 182 (485): 391-410, jan./abr. 2021

Rio de Janeiro  
jan./abr. 2021

### III – DOCUMENTOS DOCUMENTS

#### A CAPITANIA DE MATO GROSSO E A FRONTEIRA OESTE DO BRASIL: ESTUDO DE UM MANUSCRITO SETECENTISTA

#### THE CAPTAINCY OF MATO GROSSO AND THE WESTERN BORDER OF BRAZIL: STUDY OF AN EIGHTEENTH- CENTURY MANUSCRIPT

PHABLO ROBERTO MARCHIS FACHIN<sup>1</sup>  
MARIANE SOARES TORRES<sup>2</sup>

##### Resumo:

Este trabalho é resultado de pesquisa realizada no âmbito da Filologia e da Linguística Histórica, em interface com a História. Primeiramente, por meio do estudo da trajetória dos textos que compõem o corpus do trabalho, manuscritos e impressos, sua forma de transmissão e escrita. Depois, pelo confronto dos testemunhos de sua tradição, verificando as modificações que sofreram ao longo do tempo, materiais e linguísticas. Por fim, pela verificação de como a compreensão de sua trajetória textual pode contribuir para quem lê a obra depois de três séculos de sua versão original e como a historiografia tem usado os seus testemunhos para fixar uma história sobre os acontecimentos relacionados. Apresentam-se, neste texto em específico, resultados parciais do estudo, tendo como recorte um manuscrito relacionado à conquista territorial do Centro-Oeste brasileiro e criação da Capitania do Mato Grosso. Após contextualização do momento histórico, apresentam-se a transcrição do documento, com base em metodologia filológica, e a descrição do estado de língua do texto. O estudo corrobora as intenções expansionistas da Coroa portuguesa e também o fato de que o século XVIII é uma época com importantes transformações linguísticas. Este tipo de pesquisa é uma das várias necessárias para a caracterização do português setecentista, ainda com muitos aspectos a serem estudados.

**Palavras-chave:** Filologia; Linguística Histórica; História do Mato Grosso; História do Português; Antônio Rolim de Moura.

##### Abstract:

*The paper presents the result of a research carried out within the scope of philology and historical linguistics, in interface with history. Firstly, we examine the trajectory of the texts that make up the corpus of the research, and how they were written and transmitted. We then compare the testimonies of their tradition, assessing the material and linguistic changes they have undergone over time. Finally, we confirm that understanding their textual trajectory may help the reader to understand the texts better three centuries after their original versions, and show how historiography has used testimonies to establish an idea about related events. We present in the paper the partial results of a study in which we analyzed a manuscript cutting related to the territorial conquest of the Brazilian Midwest and the creation of the Captaincy of Mato Grosso. After contextualizing the historical moment, we present the transcript of the document, using a philological methodology and describing the language status of the text. The study corroborates the expansionist intentions of the Portuguese Crown as well as the fact that the 18th century was a time of major linguistic changes. This is just one of several researches that still must be carried out to characterize and reveal many aspects of the Portuguese language in the 18th century.*

**Keywords:** Philology; Historical Linguistics; History of Mato Grosso; History of the Portuguese language; Antônio Rolim de Moura.

1 – Universidade de São Paulo / CAPES. E-mail: phablo@usp.br.

2 – Universidade de São Paulo. E-mail: mariane.torres@usp.br.

## Introdução

Depois da descoberta de minas de ouro e de pedras preciosas no rio Cuiabá e em seus afluentes, no século XVIII, a Coroa portuguesa mostrou interesse em reorganizar a administração da porção Centro-Oeste do território do Brasil. A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá foi oficializada em 1727, com a chegada de Rodrigo César de Menezes ao local, que objetivava instalar o aparato administrativo e fiscal naquelas terras que, até então, pertenciam à jurisdição da Capitania de São Paulo. Depois do reconhecimento do Reino e do desenvolvimento do ambiente urbano, em 1748 a Capitania do Mato Grosso é fundada e o território é separado de São Paulo<sup>3</sup>.

As “práticas metropolitanas de conquista e interiorização da administração portuguesa<sup>4</sup>” evidenciavam a meta de efetivar as conquistas territoriais na América e deter o avanço das missões jesuíticas espanholas na margem direita do rio Guaporé. Destaca-se ainda a importância dupla da Capitania de Mato Grosso, na qualidade de Capitania de fronteira e de mineração.

De acordo com Araújo<sup>5</sup>, a estratégia utilizada pela Coroa portuguesa para ocupação e defesa do território foi, dentre outras, a fundação de vilas. Como exemplo, há a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade. Antonio Rolim de Moura, primeiro governador e capitão-geral da Capitania do Mato Grosso, recebeu ordens de Portugal para que criasse uma vila próximo da margem direita do rio Guaporé que servisse para conservar a fronteira em favor de Portugal.

Por se ter entendido que Mato Grosso é a chave e o do sertão do Brasil pela parte do Peru, e quanto é importante por esta causa que naquele

---

3 – JESUS, Nauk Maria. A Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá: um breve panorama (1727-1800). *Fronteiras*, Dourados, v. 10, n. 17, p. 163-175, 2008.

4 – *Idem.*, p. 167.

5 – ARAÚJO, Renata. Nem eles tal vila pediam, nem queriam: a criação de Vila Bela da Santíssima Trindade e a estruturação da Capitania das Minas do Cuiabá e Mato Grosso. In: LEMES, F. L.; SOUSA, A. P. D.; JESUS, N. M.; REINATO, E. J. (Eds.). *Para além das Gerais*: Dinâmica dos povos e instituições na América Portuguesa: Bahia, Goiás e Mato Grosso (p. 21-66). Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2015.

distrito se faça população numerosa, e haja forças bastantes a conservar os confinantes em respeito, ordenei se fundasse naquela paragem uma vila, [...] vizinho ao rio Guaporé [...] ficando os limites das duas monarquias pelo rio Guaporé<sup>6</sup>.

Apesar de a Vila do Cuiabá ser o centro econômico da região, é Vila Bela que se torna a primeira capital da Capitania do Mato Grosso. Cuiabá apenas reivindica sua capitalidade em um momento político-histórico diferente no Brasil, o de sua independência (1835). O documento a ser estudado neste artigo se insere no contexto histórico de início do governo de Antonio Rolim de Moura e fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade. O manuscrito nada mais é do que um ofício<sup>7</sup> do secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real endereçado ao governador, reforçando a ordem de “fazer desse governo uma barreira dos limites de Portugal e de Castela<sup>8</sup>”.

Trata-se de importante contexto de produção e circulação documental cujo alcance extrapola os limites da antiga capitania de São Paulo, dando espaço para novos olhares sobre a recém-criada capitania de Mato Grosso. Dessa forma, interdisciplinarmente, por meio da interface entre História, Filologia e Linguística Histórica, cria-se um espaço de diálogo entre trabalhos referentes ao papel da escrita no Brasil durante o século XVIII, em diferentes regiões e perspectivas. Tendo em vista as pesquisas realizadas no âmbito do PHPB – Projeto para a História do Português Brasileiro, a pesquisa representa importante ampliação de *corpora* para estudos linguísticos, possibilitando o aprofundamento de pesquisas sobre práticas de escritas da administração colonial.

---

6 – MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985, p. 24-5.

7 – OFÍCIO (minuta) do secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real ao governador e capitão general da Capitania de Mato Grosso Antonio Rolim de Moura Tavares sobre a conveniência de fazer desse governo uma barreira dos limites de Portugal e de Castela. AHU\_ACL\_CU\_010, cx.6, doc. 375. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=010\\_MT&Pesq=doc.%201706&pagfis=3018](http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=010_MT&Pesq=doc.%201706&pagfis=3018). Acesso em: 22.09.20.

8 – AHU, Matto Grosso (1720-1832), cx. 6, doc. 375.

## 1. O manuscrito

O documento em questão é um manuscrito pertencente ao conjunto reunido pela equipe do Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”, localizado no Arquivo Histórico Ultramarino. Possui como título de descrição “Matto Grosso (1720-1832)”, e seu armazenamento na caixa n. 6, número 375. Datado de 1751 e escrito em Lisboa, em sua ementa no projeto encontra-se a seguinte informação: “OFÍCIO (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real] ao [governador e capitão general da Capitania de Mato Grosso] Antonio Rolim de Moura Tavares sobre a conveniência de fazer desse governo uma barreira dos limites de Portugal e de Castela<sup>9</sup>”. De acordo com Belloto<sup>10</sup>, ofício se caracteriza como

documento não-diplomático, informativo. Meio de comunicação do serviço público. Forma padronizada de comunicação escrita entre subalternos e autoridades, entre os órgãos públicos e entre estes e os particulares, em caráter oficial. Entidades privadas não expedem ofícios e sim cartas. É pelo ofício que se mantém o intercâmbio de informações a respeito de assunto técnico ou administrativo, cujo teor tenha caráter exclusivamente institucional. Embora não seja um documento diplomático, o ofício tem sua redação mais ou menos padronizada.

O documento ocupa uma das faces do bifólio, considerado aqui como “resultado da dobragem de uma folha em dois fólhos solidários (par conjugado)<sup>11</sup>”. A mancha do texto encontra-se à direita do suporte, como era costume em manuscritos administrativos coloniais, deixando o espaço à esquerda para o registro de seu itinerário de circulação, geralmente respostas e decisões relacionadas à matéria tratada. Seguem a transcrição do documento e, na sequência, a sua imagem.

9 – AHU\_ACL\_CU\_010, cx. 6, doc. 375.

10 – BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 76.

11 – Dicionário de Termos Linguísticos. Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=terminology&act=view&id=468>. Acesso em: 20.10.20.

## 2. Transcrição e imagem do ofício

Para o governador do Mato Grosso D.  
Antonio Rolim de Moura

Como atégorá Se não tem recebido carta  
De Vossa Senhoria depoiz deter chegado aeste Go-  
verno, esperamos *que esta f* pella Frota  
*que* há devir este anno do Rio de Janeiro  
de Vossa Senhoria Conta do Estado delle, eda  
utilidade que a Real Fazenda pode ter  
no Cazo de haver Minas, etambem Se  
Se tem descoberto alguãs<sup>12</sup>.

Huã das conveniencias, mais  
essenciaes *que* esta Coroa pode ter no Es-  
tabelecimento desse governo he em faser  
se delle hua barreira ou raya dos li-  
mites de Sua Magestade; e da Coroa de Caste-  
La por essa parte da America, e por  
esta circunstancia confia Sua Magestade da  
prudencia e actividade de Vossa Senhoria *que* Se con-  
cerve huaboainteligencia entre os vassallos  
de huã eoutra Coroa evitando-se quei-  
xas, edesordens, *para* oque Tera Vossa Senhoria grande  
vigillancia comas guardas da mesma fron-  
teira  
Remeto a Vossa Senhoria a Ley de 3 de  
dezembro do anno passado *etc* eo Regimento

<Deve ir nesta Carta a Ley de 3  
de Dezembro e Regimento de 4  
de [Março]>

<de 4 destes para quietando Vossas Senhorias ja Minas  
neste novo Governo estabeleca este  
novo Methodo de Cobrança dos Quintos  
§ Como no Cuyaba E Continua  
toda mais carta>

<Aqui se ha de [ilegível] a carta  
que Se estende ao Governador  
dos Goyases da parte [ilegível]  
de principio o § acima  
=Remeto a Vossa Excelencia *etc*>

12 – Na altura dessa linha, à esquerda, há uma marca redonda de carimbo do Arquivo Histórico Ultramarino.



### 3. A origem do documento

A comunicação sobre a chegada e a posse de um novo governador era atividade habitual na administração colonial, muitas vezes, relatada em detalhes e por diferentes vias antes mesmo de se concretizar, contextualizando todas as etapas transcorridas a partir da divulgação da carta patente. No caso do capitão e governador general Rodrigo César de Menezes (1721-1728), por exemplo, em cujo governo se iniciou a implementação de uma “política metropolitana de ocupação territorial, elaborada pelo Conselho Ultramarino (...) direcionada à região dos descobrimentos auríferos cuiabanos<sup>13</sup>”, encontra-se correspondência dele e de outras autoridades locais informando sobre o processo de viagem e tomada de posse do cargo<sup>14</sup>. Da mesma forma, ocorreu com outros governadores setecentistas: Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1710-1713), Braz Baltazar da Silveira (1713-1717), Pedro de Almeida Portugal (1717-1721).

No caso de Rolim de Moura, a ausência de informações sobre a sua chegada originou a escrita do ofício em questão: “Como atégorá Se não tem recebido carta | deVossaSenhoria depoiz deter chegado aeste Governo, esperamos que esta f pella Frota | que há devir este anno do Rio de Janeiro | dé VossaSenhoria Conta do Estado dele”. Tratava-se de uma questão bastante delicada para a Coroa, já que Portugal vinha de conflitos com a Espanha por causa de disputas territoriais. Fato que acabou determinando a vinda, nas primeiras décadas do século XVIII ao Brasil, de padres matemáticos e cartógrafos para suprir a necessidade de ampliação do conhecimento geográfico na América Portuguesa e do reconhecimento de posses luso-brasileiras na época, principalmente por meio da coleta de documentação que comprovasse os caminhos percorridos.

13 – FERNANDES, Luis Henrique Menezes. Rodrigo César de Menezes e o papel da metrópole na incorporação das minas de Cuiabá à América Portuguesa (1721-1728). *Ideias*, v. 2, n. 1, p. 175-195, p. 4, 2011.

14 – Para mais informações, ver: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo – Correspondência e papéis avulsos de Rodrigo Cesar de Menezes – 1721-1728*. Vol. XXXII. São Paulo: Archivo do Estado de S. Paulo / Typographia da Industrial de São Paulo, 1901.

As *Notícias práticas das viagens para as minas de Goiás e do Cuiabá* são um importante exemplo desse contexto. Organizadas pelo padre Diogo Soares, representam, de acordo com Presotti<sup>15</sup>, “as primeiras narrativas manuscritas sobre a conquista colonial da parte central da América do Sul na era setecentista, coletadas no calor dos tempos da conquista”. O códice CXVI 1-15 da Biblioteca Pública de Évora conserva oito manuscritos do século XVIII sob esse título. No mesmo códice, as oito notícias aparecem duas vezes, por grafia e punhos diferentes. Era um tempo em que a escrita tinha duplo papel no contexto administrativo, no controle de poder, ao mesmo tempo servia para noticiar e documentar o ocorrido, como testemunho e instrumento de comprovação.

Pode-se afirmar que Rolim de Moura tinha noção da importância do registro e da sua circulação. Além disso, chegou a utilizar encomiasticamente a escrita para se autopromover, a exemplo do que se observa em sua *Relação da Viagem, que fez O Conde da Azambuja Da cidade de S. Paulo Para a Villa do Cuyabá No anno de 1751*, em que se narram a preparação e a partida para Paraty saindo de São Paulo em primeiro de abril de 1750, bem como as dificuldades encontradas pelo caminho e as vilas em que faz paradas até chegar a seu destino.

A continuidade do ofício demonstra, além da preocupação com a falta de notícias, o interesse em verificar se houve novas descobertas, corroborando a necessidade de proteção do território, resultado da política de ocupação em curso: “no Cazo de haver Minas, etambem Se | Se tem descuberto alguãs. | Huã das conveniencias, mais | essenciaes *que* esta Coroa pode ter no Es | tabehecimento desse governo he em faser | se delle hua barreira ou raya dos li- | mites deSua Magestade”.

A história de circulação do documento deixou marcas de seu itinerário, que podem ser identificadas pelos registros de outros punhos no suporte. Trata-se de 3 momentos em que, por meio de espécie de despachos,

15 – PRESOTTI, Thereza Martha Borges. *Na trilha das águas: índios e natureza na conquista colonial do centro da América do Sul, sertões e minas do Cuiabá e Mato Grosso, século XVIII (1718-1752)*. Tese – Universidade Federal de Brasília. Brasília, DF: 2008, p. 135.

indicam-se ações a serem encaminhadas: a primeira denota a decisão, pelo menos a princípio, de aplicar na Capitania de Goiás as mesmas instruções relacionadas ao território contidas no ofício analisado. A segunda estende a questão também à situação dos quintos; ainda haveria uma terceira, mas por alguma razão se encontra riscada.

	<p>Deve ir nesta Carta a Ley de 3 de Dezembro e Regimento de 4 de [Março]</p>
	<p>de 4 destemes para quietendo Vossas Senhorias ja Minas   neste novo Governo estabeleca este   novo Methodo de Cobrança dos Quintos   § Como no Cuyaba E Continua   toda amais carta</p>
	<p>Aqui se ha de [ilegível] a carta que se estende ao Governador dos Goyases da parte [ilegível] de principio e § acima = Remeto a Vossa Excelencia etc &gt;</p>

Quadro 1: Detalhe dos punhos encontrados no manuscrito.

#### 4. A escrita do ofício

De traçado rápido, regular, inclinado para a direita e bastante legível, a escrita do documento reflete a habilidade do escriba. Observa-se o uso de abreviaturas, caracterizadas por apócope, síncope de alguns elementos, por elementos sobrepostos e sinais especiais: *p.a*, *D.*, *Ianr.o*, *V.S.a*, *vtilid.e*, *S.Mag.de*, *activid.e*, *q.*, *gr.de*, *circunst.a*, *intelig.a.*, *xbro*.


Quadro 2: Exemplos de abreviaturas.

Sobre o tipo de escrita, as suas características a aproximam da que ficou conhecida como *humanística*, principalmente por se tratar de documento em língua portuguesa do século XVIII. Embora, acerca disso, Fachin e Costa afirmem que

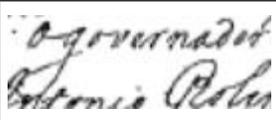
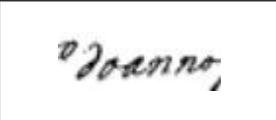
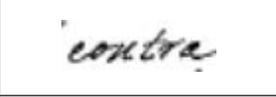
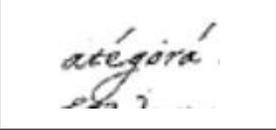
Resultado da humanística, praticada desde os fins do século XV, a escrita do XVIII, porém, não possui uma classificação que resuma as características caligráficas encontradas em documentos coloniais e imperiais. Ainda há muito que se ler e editar para formar-se um *corpus* considerável que possa embasar estudos paleográficos com fins classificatórios<sup>16</sup>.

O fato de ainda não haver uma classificação para os diferentes tipos de escrita utilizados no XVIII reforça a importância de sistematização de características gráficas do ofício, como forma de ampliar também os *corpora* a esse respeito e compor material para futuros manuais de paleografia, com fins classificatórios.

Embora de traçado rápido e com ausência de fronteiras em alguns contextos, há poucas ligaduras, junção entre letras que, além de dificultar a leitura, causa a deturpação do formato dos elementos. A partir de

16 – FACHIN, Phablo Roberto Marchis; COSTA, Renata Ferreira. A escrita no século XVIII. In: MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida; FACHIN, Phablo Roberto Marchis (Orgs.). *Por Rumos da Agulha: documentos do ouro do Século XVIII*. São Carlos[SP]: Editora Cubo, 2015, p. 17-36, p. 19.

uma breve análise do estado de língua do manuscrito se podem entender alguns aspectos do uso que se fazia do português no contexto gráfico, na administração colonial. Predomina ao longo do texto a ausência de fronteira entre algumas palavras, principalmente em contexto de grupos clíticos, composto por artigo, conjunção e preposição. Embora com domínio linguístico significativo, por se tratar de alguém que lidava com a escrita em suas funções, parece haver nesses casos uma influência da relação fonológica entre os termos, isto é, um elemento sem acento próprio, o clítico, e a palavra portadora de acento registradas graficamente pelo apagamento da fronteira, representando a relação de dependência. Seguem alguns exemplos: *ogovernador*, *doMato*, *deMoura*, *pellafrota*, *devir*, *aReal*, *eactividade*, *edesordem*, *eoregimento*, *aesse*, *etambém*. Em outros casos, o mesmo fenômeno se observa entre monossílabos átonos, como em *senão* e *oque*.

Quadro 3: Exemplos de ausência de fronteiras.

#### 4.1. Aspectos linguísticos em destaque

Embora não muito extenso e apesar do nível de regularidade observada, há alguns aspectos linguísticos presentes no ofício que chamam a atenção, por estarem relacionados a fenômenos em transformação no português no contexto de produção do documento, entre eles o uso variante de <o> e <u>, <ç> e <ss>, <c> e <s>, <z> e <s> e o emprego das consoantes geminadas <ll> e <nn>.

O uso desses elementos pode estar relacionado tanto a procedimentos estritamente do campo gráfico, próprio de hábitos de escrita dos escribas do *corpus*, quanto à influência de fatores da oralidade. No caso relacionado ao vocalismo português, de acordo com Teyssier<sup>17</sup>, “um dos pontos mais importantes, mas também dos mais obscuros, da história do português”, relacionados à redução ou alçamento de vogais, na vertente europeia, ou a continuação das características fonológicas quinhentistas, na brasileira. Carvalho<sup>18</sup> afirma que “o cerramento *o > u*, *e > i* estava pois submetido na linguagem quinhentista às mesmas condições em que o fenômeno hoje mesmo se observa, não ainda estabilizado, no português do Brasil”. Para Marquilhas<sup>19</sup>:

quando encontramos em textos portugueses do século XVIII testemunhos de uma elevação entre as vogais anteriores [e] > [i], ou entre as vogais recuadas [o] > [u], ocorrida em posição pretônica medial, podemos muito bem estar a olhar para formas que têm atrás de si muitos séculos de existência.

Trata-se de um tema complexo. De acordo com Castro<sup>20</sup>, “estamos, pois, diante de um problema que merece mais estudo”. Tamanha comple-

17 – TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Trad. Celso Cunha. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1980, p. 47.

18 – CARVALHO, J. H. Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas *e* e *o* em sílaba átona. In: *Estudos Linguísticos*. Coimbra: Atlântica, v. 2, p. 75-103, p. 95, 1969.

19 – MARQUILHAS, Rita. *Norma gráfica setecentista: do autógrafo ao impresso*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1991, p. 39.

20 – CASTRO, Ivo. *Introdução à História do Português*. Lisboa: Edições Colibri, 2006, p. 195.

xidade reflete a falta de consenso entre ortógrafos setecentistas. Feijó<sup>21</sup> apresenta dificuldade causada em relação a isso:

Mas esta, que no principio me pareceo a parte mais fácil de toda a Orthografia, veyo a sahir a mais difficultosa, porque examinando bem a impreza, a que me levava o desejo da utilidade publica, vi que era preciso ponderar etymologias, observar analogias, e seguir derivaçoens; e que nada disto bastava para o acerto; porque muitas vezes achava o uso contra mim; e que o abuso tinha prevalecido pela auctoridade dos livros. Entre na duvida da conjugação de muitos verbos; e se me queria valer dos Vocabularios Portuguezes, estes me causavaá mayor confusão; porque não achando nelles mais que os infinitos, ainda este são tão vários, que não He fácil aceitar qual seja o próprio. Huns trazem *Allumiar* com *i*; outros *Allumear* com *e*; nos Auctores achei *AllumÊa* como traz Vieyra; e a *AllumÑa* como diz Bluteau. Estes escrevem *Fugar*, aquelles *Fogar*. Huns pronunciaá *Gumil*, outros *Gomil*: outros *Fuge tu*, outros *Foge tu*: Huns *Cuspe*, outros *CÔspe*. Huns *Urdir*, outros *Ordin*: Huns *Crear*, outros *Criar*. E destes, e outros vocábulos innumeraveis.

No officio, há apenas uma ocorrência desse caso, em “descuberto”. Com exceção de “governo”, “governador” e “Coroa”, não há outros termos em que o mesmo uso poderia ser evidenciado, o que poderia também evidenciar um caso arbitrário, lapso do escriba. Mesmo assim trata-se de fator que deve ser levado em consideração no contexto do estado de língua do documento, uma vez que, de acordo com Fachin<sup>22</sup>, “O aparecimento desse tema nas obras dos dois ortógrafos e a sua preocupação com a disparidade que poderia resultar da falta de precisão ao representar os fonemas relacionados são exemplos da presença desse fenômeno no século XVIII”.

21 – FEIJÓ, João de Moraes Madureira. *Orthografia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a Lingua Portugueza*. Lisboa Occidental: Oficina de Miguel Rodrigues, 1734, p. 144.

22 – FACHIN, Phablo Roberto Marchis. *Práticas de escrita setecentista em manuscritos da administração colonial em circulação pública no Brasil*. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011, p. 327, 430 f.

Outro tipo de oscilação com destaque no ofício diz respeito ao registro de sibilantes. Oscilações nesse contexto podem ser resquícios do processo de simplificação do sistema iniciado no século XVI: “a principal mudança de natureza fonológica que marca o português do séc. XVI<sup>23</sup>”. Trata-se do processo, iniciado na oralidade, em que as sibilantes sofreram um processo de redução de dois pares existentes de fonemas, predorsodontais, /s/, /z/, representadas na escrita por meio de <c>, <ç> e <z> e ápico-alveolares, /ś/, /ź/, representadas por <s>, <ss>, a um único par, /s/ e /z/.

De acordo com Fachin<sup>24</sup>, “em obras do século XVIII e posteriores, encontram-se com facilidade afirmações que evidenciam diferenças contextuais e de realização desses grafemas”. Importantes ortógrafos setecentistas manifestaram preocupação a esse respeito: Feijó (1734), Caetano de Lima (1736) e Monte Carmelo (1767), por exemplo.

He regra geral, que todos os superlativos, que no Latim acabaõ em Simus, e no Portuguez em Simo, se escrevem com dous ss v. G. Amantissimus, Charissimus, Dectissimus, Piissimus &c. Amantissimo, Amabilissimo, Charissimo, Fidelissimo &c. Outra regra geral he, que todas as linguagens dos verbos, que nos tempos do Optativo, ou Conjunctivo, ou Infinito acabaõ em Se, Ses, Semos, Seis, e Sem, se escrevem com s dobrado: v. G. Amasse eu, Amasses tu, Amasse elle, Amassemos nãs, Amasseis vós, Amassem elles. E assim são Ensinasse, Lêsse, Ouvisse, Levasse, Usasse. &c. Mas a regra mais certa para todas as palavras he, que todas as vezes, que o S entre duas vogaes ferir a vogal seguinte com todo o som de S, se escreverá dobrado<sup>25</sup>.

a grande dificuldade consiste em saber quando devemos usar de C, ou de dous SS, e ainda de hum só S, visto terem estas letras muitas vezes a mesma força. Nesta materia nos parece, que devemos recorrer às régras seguintes, considerando as palavras, ou como derivadas do

23 – *Idem*, p. 188.

24 – FACHIN, Phablo Roberto Marchis. *Práticas de escrita setecentista em manuscritos da administração colonial em circulação pública no Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011, p. 352, 430 f.

25 – FEIJÓ, João de Moraes Madureira. *Orthografia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a Lingua Portugueza*. Lisboa Occidental: Oficina de Miguel Rodrigues, 1734, p. 95-6.

Latim, ou como Portuguezas de natureza Mais adiante (1736, p.76) o autor declara que “a mesma regra se terá para saber se deve usar de S singelo, ou de C,. Escreva-se Consul, e não Conçul; Satisfazer, e não Çatisfazer; Verso, e não Verço, porque vem do Latim Consul, Satisfacio, e Versus<sup>26</sup>”.

Os Nomes Patrios, e outros semelhantes, terminados em *ense*, tem S, como v. g. Conimbricense, Lisbonense, Amanuense, Cisterciense, &c. Os Nomes ordinaes tem S, como Vigãsim, Trigãsim, Os Nomes superlativos, terminados em *issima*, *issimo*, assim se escrevem, como v. g. Amabilissima, Doutissimo. Finalmente os Preteritos conjuntivos dos Verbos devem escrevãse com Ss, como v. g. Admitisse, Dissesse, Mandasse<sup>27</sup>.

O gramático José Joaquim Nunes<sup>28</sup>, tendo em vista a língua portuguesa ao longo da sua história, faz referência à confusão no modo de escrever os nomes no contexto de sibilantes ao desaparecimento da distinção entre os pares mencionados. Trata-se, na realidade, de dificuldade gráfica que alcança os nossos dias. No ofício, as ocorrências encontradas são: “groço” (lat.tar. *grossus*, *a*, *um*<sup>29</sup>), “depoiz” (orig. contrv.; etim. em que é tido como comp. da prep. lat. *de* no sentido de ‘de’ + adv. lat. post no sentido de ‘atrás’), “concerve” (lat. *conservo*, *as*, *āvi*, *ātum*, *āre*), “cazo” (lat. *cāsus*, *us*) e “fazer” (lat. *faciō*, *is*, *fēci*, *fāctum*, *facēre*).

No período em que o ofício foi produzido, o processo de simplificação das sibilantes já poderia estar concretizado, as oscilações, nesse sentido, estariam relacionadas mais ao campo gráfico do que ao da oralidade, afastados também de uma justificativa etimológica. Os casos encontrados demonstram resquícios das transformações que o português sofreu e como escribas no século XVIII lidavam com dificuldades em selecionar elementos gráficos em maior número que os sons que até então

26 – LIMA, Luís Caetano de. *Orthographia da Lingua Portugueza*. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1736, p. 75.

27 – MONTE CARMELO, Luís de. *Compêndio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas regras para que em todas as provincias*. Lisboa: Off. Antonio Rodrigues Galhardo, 1767, p. 400.

28 – NUNES, Joaquim Nunes. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*. 4. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1951.

29 – Verificação etimológica com base no dicionário eletrônico Houaiss.

representavam. As soluções observadas pelo registro e sua representação funcionam como pistas de uma prática de escrita administrativa em vias de consolidar-se.

Quanto ao uso de consoantes geminadas, não é rara a presença desse tipo de elemento em documentos do século XVIII. De acordo com Fachin<sup>30</sup>, “trata-se de fenômeno de tradição latina retomado posteriormente devido ao que se denominou período etimológico, ou pseudo-etimológico da ortografia portuguesa”. No ofício, são estas as ocorrências encontradas: “vigilancia” (*lat. Vigilantia, ae*), “anno” (*lat. annus, i*), “pella” (*contr. da prep. per + art. def. la - lat. illa no sentido de ‘aquela’*) e “delle” (*de + lat. ille no sentido de ‘aquele’*).

Além desses casos, há outros que também podem compor o quadro de particularidades do estado de língua em questão, como o uso de <y> em contexto de ditongo ou referentes a aspectos sintáticos, como o trecho “senaõ tem recebido”, no qual o pronome apassivador se encontra antes do “não” e, além disso, ligado à palavra negativa, construção que não é comum na gramática do português atual. O verbo “ter” no futuro antes do pronome de tratamento, como em “tera Vossa Senhora grande vigillancia” também se modificou, tornando-se uma forma não muito comum ao longo do tempo.

## 5. O ofício e o relato de viagem do Conde de Azambuja

*A Relação da Viagem, que fez O Conde da Azambuja Da cidade de S. Paulo Para a Villa do Cuyabá No anno de 1751* é uma fonte histórica importante referente às monções cuiabanas. Trata-se de um relato sobre como ocorreu a viagem do rio Tietê, em São Paulo, até a Vila do Cuiabá, entre os anos de 1750 e 1751, tendo como autor intelectual Antonio Rolim de Moura, primeiro governador e capitão general da Capitania do Mato

---

30 – FACHIN, Phablo Roberto Marchis. *Práticas de escrita setecentista em manuscritos da administração colonial em circulação pública no Brasil*. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011, p. 375, 430 f.

Grosso. O relato compôs uma das fontes de criação de mapas da Região Centro-Oeste.

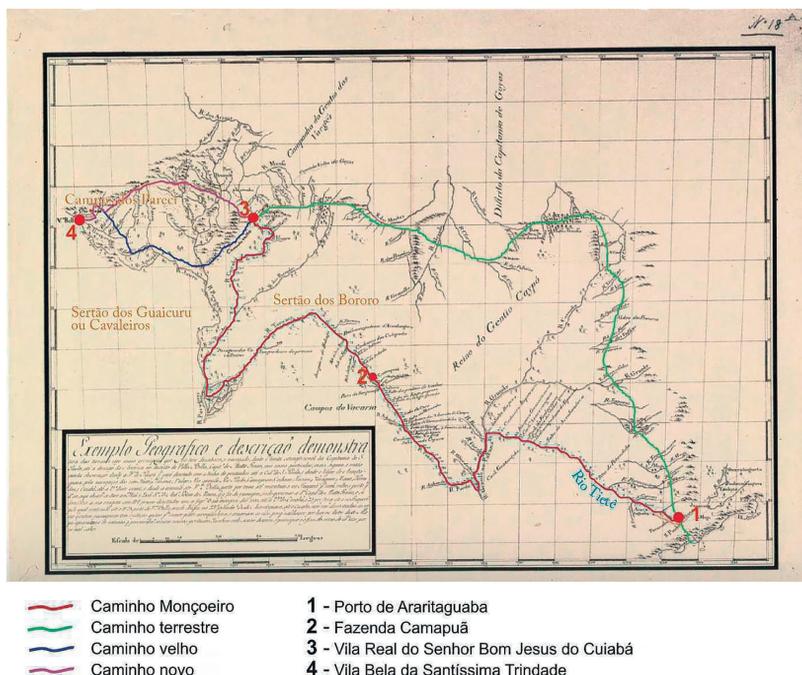


Figura 2: mapa produzido em 1754 com o relato de viagem de Rolim de Moura. Fonte: CANOVA, 2011<sup>31</sup>.

No mapa de 1754, podemos visualizar uma representação desse caminho. O mapa foi confeccionado tendo como referência – além do conhecimento cartográfico acumulado ao longo dos anos – a descrição da viagem que o governador da capitania de Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura, fez às minas do Cuiabá e Mato Grosso para tomar posse no cargo<sup>32</sup>. As instruções dadas pela rainha D. Mariana Vitória a Antonio Rolim de Moura antes de tomar posse de seu cargo também constituem

31 – CANOVA, Loiva. *Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa na América (1751-1764)*. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, 2011, p. 266.

32 – OLIVEIRA, Tiago Kramer. O capital mercantil no centro da América do Sul e as fronteiras do comércio na América colonial (primeira metade do século XVIII). *Revista de Índias*, v. LXXV, n. 265, p. 681-709, 2015, p. 683.

fonte que confirma a importância de reforçar a posse da região. Uma das instruções é justamente que se aumente e fortaleça a povoação daquele território, e que se funde uma vila (Vila Bela da Santíssima Trindade, às margens do rio Guaporé). Além disso, completa:

Por falta de conhecimento bastante dos sertões, não tenho determinado até agora os limites do governo de Mato Grosso mais que pela banda do Rio Grande. A respeito das outras partes, portanto, [...] procurareis todas as informações que vos for possível alcançar, e me as fareis presentes enviando juntamente mapas do terreno, para que se resolva por onde devem ficar os confins assim do governo [...]<sup>33</sup>.

Dessa forma, é possível entender que o relato de viagem foi um documento muito importante não apenas do ponto de vista geográfico, social e histórico, mas também do ponto de vista político, no que diz respeito à conquista territorial. Um objetivo político dessa importância seria motivo da produção de muitos documentos para atestar sua relevância.

O ofício seria, então, mais um dos vários documentos que mostram a importância desse objetivo da Coroa; ele confirma e cobra do governador tanto comunicação quanto ações nesse sentido. Mostra o zelo excessivo da Coroa no que diz respeito a território no período do século XVIII, época importantíssima de definição de fronteiras que, em sua maioria, continuam estabelecidas até hoje, revelando o empenho que a metrópole teve em aumentar a colônia de maneira absoluta.

### Considerações finais

No contexto de estudos historiográficos, os textos atribuídos a Antonio Rolim de Moura são considerados importantes fontes de pesquisa para a História do Brasil, haja vista o número de edições e estudos existentes sobre ele. O ofício apresentado neste trabalho, produzido no âmbito do seu governo, além de servir como documento histórico-linguístico, contribui para a compreensão de elementos ainda não verificados em outros textos seus, a exemplo do relato de sua viagem de São Paulo a

---

33 – MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985, p. 27.

Cuiabá, um documento que revela as condições em que as monções cuiabanas eram realizadas, também relacionado diretamente com os esforços e interesses da administração portuguesa no Brasil no século XVIII e com a administração da Capitania de São Paulo, bem como a Geografia do Brasil no sentido metrópole/interior.

Trata-se de um importante testemunho histórico, já editado tantas vezes e fixado historiograficamente, mas que nunca foi questionado quanto à sua história de transmissão e à sua fidedignidade. Ainda há muito que fazer sobre isso, incluindo um estudo mais pormenorizado sobre autoria, datação e implicações de diferentes naturezas para quem o lê no percurso de sua transmissão. Não tendo sido uma preocupação dos historiadores e editores ao longo dos séculos, passou a ser o foco de pesquisas mais recentes. Nesse sentido, o ofício atribuído a Rolim de Moura representa mais uma peça nesse quebra-cabeça de fontes, para reforçar os esforços interdisciplinares entre Filologia, História e Linguística Histórica.

Os aspectos de escrita e de língua apresentados, embora não numerosos, por causa da extensão do documento, contribuem para estudos paleográficos com fins classificatórios ainda em curso, principalmente por ainda não haver um manual que dê conta das particularidades da produção gráfica realizada no Brasil. Com exceção da obra de Acioli<sup>34</sup>, *A escrita no Brasil Colônia*, nenhum outro material avançou significativamente nessa questão. Do ponto de vista linguístico, os estudos diacrônicos têm voltado seu olhar para a configuração que o português europeu e o do Brasil assumiram a partir do século XVIII, buscando compreender como se diferenciaram e foram se consolidando com características mais próximas das apresentadas atualmente. Nesse sentido, tanto a ampliação de *corpora* editados fidedignidade quanto o levantamento de dados linguísticos contextualizados contribuem significativamente a esse respeito, possibilitando identificar e sistematizar a multiplicidade gráfica desenvolvida ao longo do tempo.

---

34 – ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de manuscritos*. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massanga, 2003.

Texto apresentado em outubro de 2020. Aprovado para publicação em dezembro de 2020.